GT22. Urbanização e cidades na era digital: desigualdades e resistências

SANEAMENTO BÁSICO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP

Análise de três favelas em uma Cidade Inteligente

José Moacir de Sousa Vieira
Engenheiro Civil, Doutorando em Planejamento Urbano e Regional, UNIVAP, Brasil
jmoacir.sv@gmail.com

Mário Valério Filho
Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, UNIVAP, Brasil
mvalerio@univap.br

Cilene Gomes
Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, UNIVAP, Brasil
cilenegs@univap.com

RESUMO: A segregação socioespacial e a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário afetam desigualmente as classes sociais desfavorecidas, concentradas em áreas de vulnerabilidade social. Este estudo explora a segregação socioespacial e o saneamento básico em favelas e comunidades urbanas de São José dos Campos-SP, reconhecida como a primeira Cidade Inteligente do Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. Analisamos três favelas: Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido. Adotamos uma Abordagem Dialética e fizemos uma Pesquisa Documental Indireta, com dados estatísticos, visitas às comunidades e revisão bibliográfica. Os resultados revelaram os desafios enfrentados em relação à segregação socioespacial e à falta de acesso a serviços de esgotamento sanitário, diretamente relacionados à carência de habitação adequada.

Palavras-chave: segregação socioespacial. favelas e comunidades urbanas. serviços de esgotamento sanitário.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil enfrenta um desafio persistente ligado à segregação socioespacial, que se manifesta em favelas e comunidades urbanas, onde a precariedade dos serviços de saneamento básico é evidente e estão principalmente concentrados nas periferias de grandes cidades. Este estudo examina a questão do saneamento básico, com ênfase nos serviços de esgotamento sanitário, reconhecidos como os mais difíceis de serem alcançados no que se refere à universalização do saneamento básico. A solução para esse problema permanece distanciada do problema real, dada a complexidade da situação (Rocha, 2018). Assim, é necessário reconsiderar e adotar uma abordagem dialética e socialmente consciente, fundamentada em princípios que visem abordar integralmente os direitos humanos, especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida de moradores, trabalhadores e sobreviventes de favelas e comunidades urbanas (Souza, 2021).

A tendencia de urbanização em escala global tem conduzido a um aumento significativo de pessoas vivendo em condições precárias em favelas e comunidades urbanas. A ausência de políticas públicas e de um planejamento urbano adequado facilitou uma rápida expansão de habitações em comunidades que se caracterizam pela falta de infraestrutura e de serviços de saneamento. No contexto brasileiro, o processo de urbanização está intimamente ligado à dinâmica do mercado imobiliário, influenciado pela lógica de acumulação capitalista, o que resulta na expulsão considerável das classes menos privilegiadas para áreas periféricas, encostas e regiões urbanas marginalizadas, gerando uma crise habitacional e condições de moradia precárias (Maricato, 2015).

Este estudo adota a nomenclatura *favelas* e *comunidades urbanas* conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), que as reconhece como áreas habitacionais originadas por iniciativas autônomas e coletivas da população. Essas áreas surgem em resposta à ausência de políticas públicas eficazes e à escassez de investimentos privados em habitação, demonstrando um esforço para satisfazer as necessidades básicas de moradia e proporcionar espaços para atividades comerciais, serviços, lazer e cultura, visando garantir o direito à cidade.

Marcadas por estreitas relações de vizinhança, compartilhamento de espaços e uma forte identidade comunitária, as localidades com essas características recebem diversas denominações em todo o Brasil, como: ocupações, assentamentos precários, núcleos informais, aglomerados subnormais, áreas irregulares, etc., o que reflete as

peculiaridades geográficas, históricas e culturais de sua formação. Essas comunidades representam a desigualdade urbana, evidenciando as deficiências tanto de políticas públicas quanto de investimentos privados em fornecer infraestrutura adequada, serviços públicos essenciais, instalações coletivas e preservação ambiental. Além disso, a incerteza jurídica sobre a posse da terra aumenta a vulnerabilidade dos residentes, comprometendo diretamente o direito à moradia digna e aumentando o risco de despejos e remoções forçadas (IBGE, 2024).

Neste estudo, ao mencionar *periferias*, não estamos nos limitando apenas a sua localização geográfica, mas destacando-as em termos de acesso aos direitos sociais e à infraestrutura urbana adequada. Essa perspectiva vai além das fronteiras físicas das áreas urbanas, adentrando nas disparidades sociais e nas deficiências estruturais que afetam as favelas e as comunidades urbanas. É importante reconhecer que a periferia também abarca a marginalização social e a falta de investimento em serviços básicos, sendo questões relevantes relacionadas à desigualdade socioeconômica e à falta de infraestrutura. Buscamos, portanto, promover uma abordagem dialética mais abrangente e crítica das políticas urbanas e da distribuição de recursos (Sposito, 2004).

O objetivo deste estudo é examinar a questão da segregação socioespacial e do saneamento básico, especificamente relacionada à escassez de adequados serviços de esgotamento sanitário em favelas e em comunidades urbanas do Município de São José dos Campos. Para tanto, analisamos o caso de três comunidades desse município: Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido. Ao explorar a relação entre segregação socioespacial e saneamento básico nessas áreas precárias, pretendemos obter uma compreensão mais profunda das complexidades desses problemas e suas ramificações sociais. Pretendemos oferecer percepções que possam fomentar políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento urbano voltadas para a promoção da igualdade social e a melhoria das condições de vida nessas comunidades marginalizadas. Diante disso, este estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: *Como a segregação socioespacial e a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário impactam os moradores das favelas Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido em São José dos Campos, uma Cidade Inteligente?*

Neste estudo, adotamos uma abordagem dialética e um procedimento metodológico baseado na técnica de documentação indireta, que envolve a busca de dados relevantes sobre o tema, em fontes estatísticas de órgãos oficiais, visitas às comunidades estudadas, além de revisão bibliográfica. As visitas às favelas e comunidades urbanas

foram conduzidas por meio de observação não participante, na condição de pesquisador-observador, com o objetivo de obter informações sobre as implicações da falta de serviços de esgotamento sanitário (Marconi; Lakatos, 2003).

A abordagem dialética adotada neste estudo é relevante para analisar as complexas interações entre segregação socioespacial e as deficiências nos serviços de saneamento básico em favelas e comunidades urbanas. Ao permitir a análise de contradições, conflitos e processos de mudança, essa abordagem pode proporcionar melhor visão sobre como as estruturas socioeconômicas e políticas contribuem para a perpetuação das desigualdades. Procuramos compreender os aspectos contraditórios dentro do sistema de saneamento e o modo como a segregação socioespacial se manifesta e interage com tais contradições, buscando "uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos [...]." (Trivinos, 1987, p. 73).

2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NAS FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos por meio de uma abordagem dialética, crítica, contextual e bibliográfica da análise de segregação socioespacial e das deficiências nos serviços de saneamento básico, com enfoque especial nos serviços de esgotamento sanitário em favelas e comunidades urbanas do município de São José dos Campos. Por meio de análise abrangente, conseguimos levantar tendências que revelam o descompasso existente no acesso aos serviços de saneamento entre diferentes áreas urbanas, especialmente em regiões caracterizadas pela segregação socioespacial. Além disso, investigamos a relação entre a falta de adequados serviços de esgotamento sanitário e as condições de precariedade nas comunidades estudadas.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 sobre os serviços de esgotamento sanitário são apresentados na Tabela 1, que nos mostra um panorama preocupante sobre as desigualdades no acesso a esses serviços no Brasil e revelam uma realidade perturbadora e profundamente injusta. Os índices apontam que uma parcela significativa da população não tem acesso a redes coletoras de esgoto, o que reflete uma lacuna alarmante na infraestrutura básica de saneamento no país (IBGE, 2022).

Tabela 1: Percentual de desigualdades de acesso aos serviços de esgotamento sanitário no Brasil

%	Descrição da população com precariedade dos serviços de esgotamento sanitário
62,5	Domicílios conectados à rede de coleta de esgoto
75,7	Domicílios com esgotamento por rede coletora ou fossa séptica

0,60	1,2 milhão de pessoas com domicílios sem banheiros, sanitários ou buracos para dejeções
24,3	49,0 milhões de pessoas em domicílios que usam recursos precários de esgotamento sanitário
58,3	Domicílios conectado à Rede geral ou pluvial
13,2	Domicílios com solução individual não ligada à rede, mas considerada adequada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico
4,20	Domicílios com fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede
0,90	População entre 0 e 4 anos que reside em domicílios com ausência de banheiro, sanitário ou buraco para dejeções
0,40	População com 60 anos ou mais que reside em domicílios com ausênciade banheiro, sanitário ou buraco para dejeções
69,0	Pretos e pardos que vivem sem esgoto adequado, mesmo sendo 55% da população
58,1	Pardos que vivem sem esgoto adequado, mesmo sendo 45,3% da população
29,5	Brancos que vivem sem esgoto adequado, mesmo sendo 43,5% da população
10,4	Pretos que vivem sem esgoto adequado, mesmo sendo 10,2% da população
1,70	Indígenas que vivem sem esgoto adequado, mesmo sendo 0.8% da população
0,10	Amarelos que vivem sem esgoto adequado, mesmo sendo 0,40% da população

Fonte: adaptado do IBGE (2022).

Além disso, é preocupante observar que uma parcela equivalente a 0,60% da população reside em domicílios sem banheiros, sanitários ou buracos para dejeções, totalizando 1,2 milhão de pessoas. Também preocupa o fato de que 24,3% da população enfrenta condições precárias de esgotamento sanitário, não dispondo de coleta de esgotos, o que equivale a 49,0 milhões de pessoas. Esses números evidenciam a ausência de infraestrutura adequada e a persistência de condições de vida precárias para milhões de brasileiros, tornando exposta uma falha grave nas políticas públicas de saneamento, deixando esses brasileiros à mercê do acesso aos serviços e, inclusive, de sofrimento psíquico causado por essa situação adversa e indigna (IBGE, 2022).

Harvey (2014) discute a desigualdade como um fator fundamental por trás da segregação socioespacial, enfatizando a falta de vontade política em modificar a estrutura neoliberal capitalista que rege o direito à cidade. Segundo ele, é essencial promover uma mudança nessa lógica, permitindo que as comunidades possam desenvolver suas próprias soluções inclusivas. Isso envolve a criação de oportunidades, a promoção da participação popular e a solidariedade, visando garantir a todos o acesso adequado ao saneamento básico. “O direito à cidade como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades” (Harvey, 2014, p. 63).

Considera-se que a maior problemática do Brasil que leva à segregação

socioespacial não é propriamente a pobreza, e a desigualdade social e a injustiça agregadas a ela são efeitos de tal fenômeno (Villaça, 2001). No cenário das cidades brasileiras, a segregação urbana é uma característica relacionada a desigualdade, e a grande diferença que existe em relação aos espaços em que moram os ricos fica ainda mais clara quando se olha para o acesso ao saneamento básico, especialmente aos serviços de esgotamento sanitário (Villaça, 2011).

É relevante apresentar o conceito de *segregação* descrito por Villaça (2001, p. 142), que o define como "[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole." Essa discrepância ressalta a urgência de se abordar não apenas a pobreza em si, mas também as questões de desigualdade estrutural que perpetuam a segregação socioespacial e suas consequências negativas para as comunidades marginalizadas (Villaça, 2011).

Ainda conforme Villaça (2012, p. 70), "A obscena desigualdade que existe na sociedade brasileira se manifesta na enorme segregação que se observa em nossas cidades. Essa segregação cria um ônus excepcional para os mais pobres e uma extrema vantagem para os mais ricos." Essa desproporção cria uma divisão na sociedade, baseada nos recursos financeiros e na posição econômica dos indivíduos, que é legitimada e institucionalizada pelo Estado neoliberal capitalista. Essa dinâmica reforça a concentração de dinheiro e de poder nas mãos daqueles que já os possuem, e que acabam marginalizando o restante da população, muitas vezes, levando-a à pobreza, à fome e a outras formas de vulnerabilidade.

Trata-se de uma dinâmica semelhante à de uma gangorra: quando um lado sobe, o outro, inevitavelmente, desce. Esse processo mostra que o crescimento de um lado é impulsionado pela redução do outro, resultando no aumento proporcional da população menos favorecida e no aumento da quantidade de pessoas mais abastadas. Esse ciclo histórico, que se desenvolve de forma invertida, contrária ao ideal, é caracterizado por uma notável ampliação da população em situação de extrema pobreza. E a quantidade de indivíduos com maiores recursos também se expande geometricamente (Villaça, 2012).

Essa dinâmica expõe a verdadeira face do capitalismo, que se revela como um sistema opressor, centralizador, excludente e sem máscaras. Esse sistema é predominantemente controlado por aqueles que têm os meios para garantir a manutenção de seu próprio conforto, e que não representa a realidade da maioria da população. Por meio de estratégias e princípios legalizados, promove-se a concentração do poder e da

riqueza, conferindo uma aparência de legitimidade mesmo que, na prática, deveria ocorrer o contrário. “[...] testemunhamos uma maior fragmentação do espaço social urbano em zonas, comunidades e diversos ‘clubes de esquina’, enquanto, por outro lado, o transporte rápido e integrado torna absurdo certo conceito de cidade enquanto unidade, hermeticamente, murada” (Harvey, 2005, p. 171).

Lefebvre (2016), renomado sociólogo e filósofo francês, oferece uma análise crítica da dinâmica urbana e social, destacando as complexidades da vida nas periferias urbanas. Ele descreve a condição das massas urbanas que, embora aparentemente inseridas em espaços urbanos planejados, enfrentam múltiplas coações e restrições. Essas massas são compelidas a se alojarem nas chamadas cidades-satélites, nos bairros periféricos e nos guetos, onde o espaço é meticulosamente delimitado (Lefebvre, 2016).

Lefebvre (2016) ressalta como as massas urbanas enfrentam inúmeras coações e restrições que as colocam à margem do acesso aos recursos e às oportunidades disponíveis nos centros urbanos. A referência às cidades-satélites, aos bairros periféricos e aos guetos evidencia a segregação espacial e social, processo pelo qual determinados grupos são empurrados para áreas distantes do centro urbano, com infraestrutura precária e com a falta de serviços básicos, em função de fatores como baixa renda, etnia e classe social. Para Lefebvre (2016), a delimitação cuidadosa do espaço sugere que essas áreas periféricas são projetadas e estruturadas de forma a manter a separação e a exclusão dos grupos menos favorecidos, perpetuando a desigualdade urbana. Nas suas palavras,

> A massa, premida por múltiplas coações, aloja-se espontaneamente nas cidades-satélites, bairros periféricos ou nos subúrbios programados, nos guetos mais ou menos “residenciais”: tem para si apenas o espaço medido com cuidado: o tempo lhe escapa. Leva sua vida cotidiana adstrita (sem nem mesmo talvez saber disso) às exigências da concentração dos poderes. Mas que não se fale em universo concentracionista. Tudo isso pode muito bem dispensar a ideologia da liberdade sob a capa da nacionalidade, da organização, do planejamento e dos programas. Essas massas que não merecem nome de povo, nem de popular, nem de classe operária, vivem “relativamente bem”, a parte o fato de que sua vida cotidiana é telecomandada, e que sobre ela pesa a ameaça permanente do desemprego, que contribui para outros e muitos terrores latentes e generalizados. (Lefebvre, 2016, p. 131-132).

Maricato (2000) revela uma realidade bastante negligenciada na representação convencional da cidade, com a chamada exclusão urbanística. A ocupação maciça e ilegal do solo urbano, exemplificada pelas favelas, é frequentemente ignorada na concepção da chamada "cidade oficial". Isso porque essas áreas não se encaixam nas categorias estabelecidas pelo planejamento modernista/funcionalista, uma vez que suas formas

urbanas se assemelham mais a estruturas pré-modernas, como os burgos medievais.

Essa exclusão também se reflete na esfera do mercado imobiliário formal e legal, que está alinhado com os princípios do urbanismo modernista, deixando à margem as áreas ocupadas pelas favelas. Além disso, trata-se de lugares que não são adequadamente contemplados nos levantamentos estatísticos realizados pelo IBGE, a principal agência de pesquisa de dados do país. Surpreendentemente, até mesmo os órgãos municipais responsáveis pela aprovação de projetos e pelo controle urbanístico desconhecem ou ignoram a existência dessas comunidades. É importante frisar que as representações cartográficas da cidade chegam a omitir a presença das favelas, contribuindo para invisibilizar essa realidade urbana. Maricato (2000) ressalta a necessidade de reconhecimento e de consideração das favelas e outras formas de ocupação informal do espaço urbano nos processos de planejamento e de gestão das cidades, a seguir:

> A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da "cidade oficial". Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista, pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com os burgos medievais. Ela não cabe também no contexto do mercado imobiliário formal/legal, que corresponde ao urbanismo modernista. Ela não cabe ainda, de modo rigoroso, nos procedimentos dos levantamentos elaborados pela nossa maior agência de pesquisa de dados, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E, por incrível que pareça, os órgãos municipais de aprovação de projetos, as equipes de urbanistas dos governos municipais e o próprio controle urbanístico (serviço público de emissão de alvarás e habite-se de construções), frequentemente desconhecem esse universo. Mesmo nas representações cartográficas é hábito sua ausência. (Maricato, 2000, p. 122).

A segregação socioespacial na cidade de São José dos Campos se torna evidente quando observamos a presença significativa de condomínios fechados, como o do Bairro Urbanova. Os condomínios são conhecidos por oferecerem uma infraestrutura privilegiada com uma ampla gama de equipamentos públicos, tornando-se verdadeiros microcosmos dentro de uma cidade. Para Vieira (2023), a expansão dos condomínios fechados reflete a preferência por segurança e conforto, e um fenômeno mais amplo de segregação socioespacial, como podemos ver na Figura 1:

Figura 1: Condomínio fechado no Bairro Urbanova em São José dos Campos

Fonte: Acervo dos Autores.

Enquanto os moradores de condomínios fechados desfrutam de uma qualidade de vida elevada, com acesso a áreas verdes, espaços de lazer e serviços exclusivos, outra parcela significativa da população enfrenta condições habitacionais precárias. Essa dinâmica ressalta a profunda desigualdade social que permeia as cidades (Vieira, 2023). Essa segregação socioespacial não somente perpetua a desigualdade, mas também fragmenta a cidade, criando divisões físicas e simbólicas entre diferentes grupos sociais. Enquanto os condomínios fechados se isolam do restante da cidade, contribuindo para a formação de enclaves de privilégio, as áreas periféricas e menos favorecidas enfrentam uma série de desafios relacionados à infraestrutura precária, violência e falta de qualidade de vida (Vieira, 2023).

Enquanto isso, em um cenário antagônico e a uma distância de aproximadamente 5 quilômetros do Bairro Urbanova, encontra-se a comunidade do Jardim Nova Esperança (O Banhado), favela essa que serve como exemplo contundente da interligação entre o saneamento básico e a segregação socioespacial. Nela, a ausência de estruturas de saneamento básico é marcante, sem nenhum sistema mínimo de esgotamento sanitário, como podemos ver na Figura 2 (Vieira, 2023).

Figura 2: Favela Jardim Nova Esperança

Fonte: Acervo dos Autores.

A falta de saneamento básico não apenas impacta a qualidade de vida dos residentes, mas também contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social, privando os moradores de condições mínimas de qualidade de vida. Portanto, a situação contrastante entre os condomínios privilegiados e as favelas e comunidades urbanas expõe não apenas a desigualdade presente na distribuição de recursos e serviços na cidade, mas também a urgência de abordar a questão do saneamento básico como parte integrante de políticas mais amplas de inclusão social e combate à segregação socioespacial.

3 A PRECARIEDADE DOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UMA CIDADE INTELIGENTE

O município de São José dos Campos, situado na região leste do Estado de São Paulo, destaca-se como um dos 645 municípios que compõem o estado. Sua história remonta ao século XVI. Em 27 de julho de 1767, a antiga Aldeia de São José do Rio Comprido foi elevada à categoria de Vila e foi denominada São José do Paraíba. No entanto, apenas em 1864, recebeu o reconhecimento como cidade. Ao longo dos anos, sua população cresceu substancialmente e, atualmente, encontra-se com 697.428 habitantes (IBGE, 2022). A localização geográfica de São José dos Campos desempenhou um papel fundamental em seu desenvolvimento, resultando em significativos investimentos estatais em infraestrutura, que impulsionaram seu progresso econômico (Suriano, 2013).

No período em que ainda não havia sido descoberta a cura para a tuberculose, São

José dos Campos testemunhou a construção do maior sanatório do Brasil, o Sanatório Vicentina Aranha, erguido em 1924. O reconhecimento da cidade como Estância Climática pelo governo de Getúlio Vargas, em 1935, marcou um período significativo em sua história. Durante essa fase, denominada Sanatorial, houve novamente um substancial investimento estatal na cidade. Segundo Suriano (2013), a partir dos anos 1940, São José dos Campos viu um considerável aumento em sua população, o que teve um impacto notável no processo de urbanização, como evidenciado na Tabela 2.

Tabela 2: Evolução populacional de 1940 a 2022

ANO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO PAULO	BRASIL
1940	36.279	7.180.316	41.236.315
1950	44.804	9.134.423	51.944.397
1960	77.533	12.974.699	70.992.343
1970	148.332	17.958.693	94.508.583
1980	287.513	25.375.199	121.150.573
1991	442.370	31.546.473	146.917.459
2000	539.313	36.969.476	169.590.693
2010	629.921	41.262.199	190.755.799
2022	697.428	44.420.459	211.722.692

Fonte: Adaptado do IBGE (2022).

Simultaneamente, ocorreu uma expansão notável no crescimento da região, caracterizada pela instalação de grandes empresas, como a General Motors (GM), em 1959; a Ericsson, em 1955; além da criação de instituições, como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe). Adicionalmente, a partir dos anos 1970, empresas como a Avibras Indústria Aeroespacial S.A. e a Engenheiros Especializados S.A. (Engesa) emergiram, e foi fundada a Embraer (Papali, 2008).

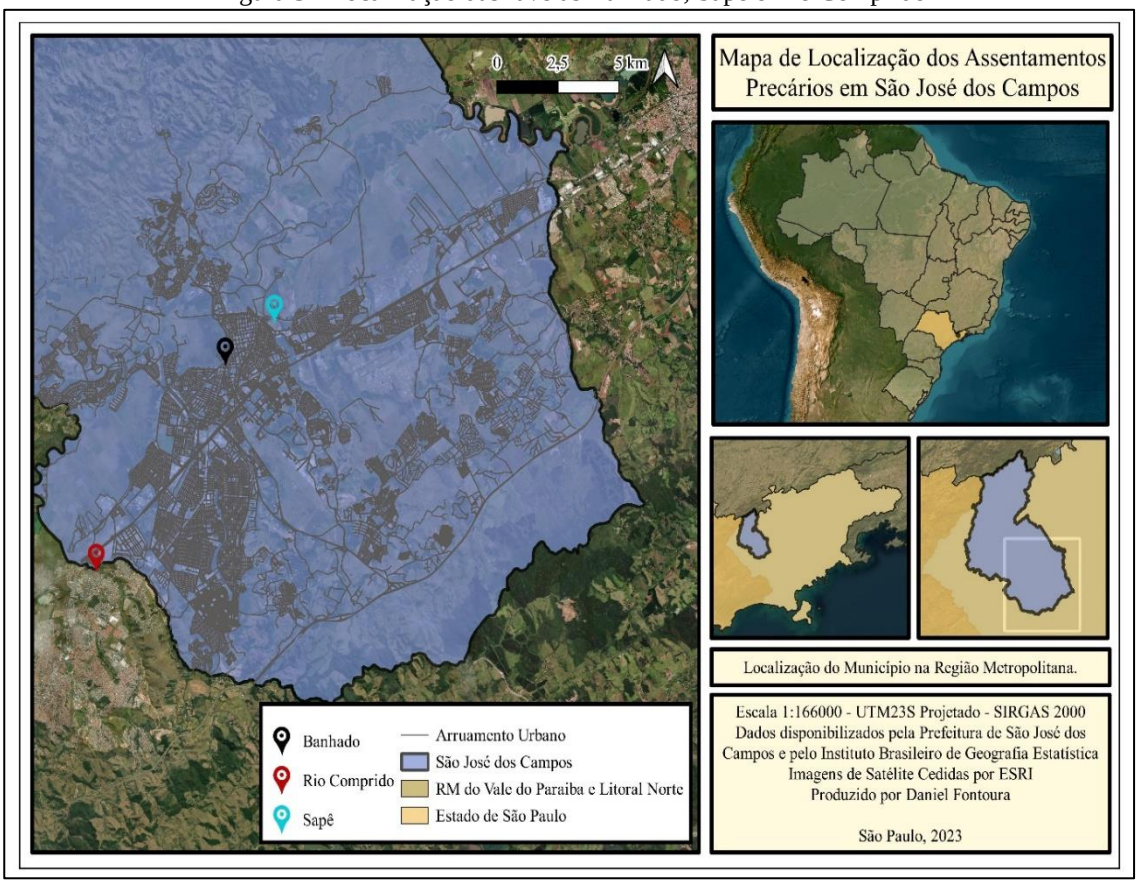
Com o progresso da cidade e, especialmente, com a instalação de diversas indústrias, houve uma reconfiguração do espaço urbano, atraindo trabalhadores de outras localidades, e esse crescimento econômico intensificou o processo de urbanização e ampliou as disparidades sociais, evidenciando a segregação socioespacial, o que levou à migração de uma parcela significativa da classe trabalhadora para áreas periféricas, onde se estabeleceram em favelas e comunidades urbanas (Costa; Forlin, 2010).

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Regularização Fundiária, durante o período de 2013 a 2016, constatou-se que São José dos Campos abrigava cerca de 112 favelas e comunidades urbanas, onde residiam aproximadamente 70 mil pessoas em situação precária, estreitamente relacionada à vulnerabilidade social. Apesar de algumas

medidas de regularização terem sido implementadas, ainda persiste uma notável lacuna em termos de iniciativas políticas. Isso se reflete na ausência de um plano municipal específico de regularização fundiária e urbanística, além da abordagem limitada da questão fundiária no Plano Diretor e nas leis de uso e ocupação do solo (Reschilian; Silva; Maciel, 2020).

As três favelas e comunidades urbanas elencadas para essa análise (Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido) foram previamente identificadas em estudos acadêmicos como tendo uma infraestrutura de saneamento básico precária. Esses locais foram escolhidos como casos de estudo significativos devido a sua relevância para a pesquisa em questão (Fig. 3).

Figura 3 - Localização das favelas Banhado, Sapê e Rio Comprido



Fonte: São José dos Campos (2023).

O Jardim Nova Esperança, conhecido por banhado, é também reconhecido como uma das favelas mais antigas de São José dos Campos. Com uma história que remonta a aproximadamente um século, esse local apresenta uma densidade populacional relativamente reduzida, caracterizada por habitações de apenas um andar, muitas vezes

construídas com materiais improvisados, como madeira. Atualmente, abriga cerca de 297 famílias e se destaca pela mistura de elementos rurais e urbanos. Enquanto algumas famílias se dedicam à agricultura como forma de subsistência, a maioria está envolvida no setor de comércio e serviços, aproveitando a proximidade com o centro da cidade. O bairro conta com pequenos estabelecimentos comerciais operados em residências, além de templos religiosos, um centro comunitário e uma quadra poliesportiva em condições precárias (Silva, 2020).

Já a comunidade do Sapê está situada entre a Zona Leste e a região central. Tem origem na década de 1980 e, de acordo com informações do líder comunitário (Silva, 2022), abriga atualmente cerca de 200 famílias. O terreno era originalmente uma fazenda destinada à produção de arroz, que foi parcelado e vendido por grileiros de terras. Os moradores estão buscando a regularização por meio de mobilização da comunidade, da associação de moradores, de estudos e de levantamento de documentação para obter escrituras definitivas. No entanto, até o momento, não obtiveram sucesso. A infraestrutura de saneamento na área é notadamente precária, como apontado por Costa *et al.* (2022).

A favela conhecida como Rio Comprido, situada na zona sul de São José dos Campos, abriga aproximadamente 659 residências. Oficialmente designada como Zona Especial de Interesse Social (Zeis) pelo Plano Diretor municipal, essa localidade foi alvo de um grave deslizamento de terra, em 2011, com a perda de cinco vidas. Em resposta a esse trágico incidente, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Associação de Moradores moveram uma Ação Civil Pública, visando pressionar a administração municipal a elaborar um plano de regularização urbanística para a comunidade. Esse plano também propunha intervenções urbanas para mitigar os riscos existentes na área. Entretanto, até o momento, a tão aguardada regularização ainda não se concretizou, e o bairro continua a enfrentar desafios relacionados à precariedade dos serviços de esgotamento sanitário (Reschilian; Silva; Maciel, 2020).

São José dos Campos ostenta um elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e a cidade é frequentemente enaltecida como uma das melhores do Brasil, especialmente na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), onde é reverenciada como a capital regional (Andrade, 2015). No entanto, por trás dessa fachada de excelência, há uma realidade que merece análise crítica. Apesar de a gestão municipal adotar uma estratégia de marketing urbano, promovendo a cidade como sendo o epicentro de tecnologia e inteligência, deixa de lado questões fundamentais relacionadas à desigualdade social e aos direitos dos cidadãos (Forti, 2021).

Enquanto a administração municipal se preocupa em criar uma imagem de eficiência e qualidade de vida, há uma preocupação latente de que essa busca por *status* esteja enraizada nos princípios da produção neoliberal do espaço urbano. Tal abordagem pode resultar em uma marginalização ainda maior dos grupos sociais mais vulneráveis que, muitas vezes, são negligenciados em favor de um desenvolvimento urbano orientado pelo lucro e pela competitividade. Ao invés de garantir o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, essa estratégia pode perpetuar a exclusão e a segregação socioeconômica, ampliando ainda mais os desequilíbrios existentes na cidade (Souza, 2021).

As visitas realizadas nessas três favelas e comunidades urbanas, objetos desta pesquisa, restringiu-se às vias públicas e sem contato com os moradores. Foram constatadas a presença de muitas habitações precárias e desordenadas, além da ausência de serviços públicos essenciais, como redes coletoras de esgoto, postos de saúde, escolas e outros serviços necessários para uma vida digna e o exercício de cidadania mínima. Na favela Jardim Nova Esperança, por exemplo, observamos esgoto correndo a céu aberto em algumas vielas (Fig. 4). Essa situação contrasta fortemente com os bairros próximos, onde vivem as classes mais privilegiadas e que dispõem de excelente infraestrutura.

Figura 4: Esgoto a céu aberto na Favela Jardim Nova Esperança

Fonte: Acervo dos Autores.

As informações coletadas no decorrer das visitas foram significativas, já que a observação direta na área de estudo levou a uma interpretação mais humana e social dos dados, tanto quantitativos como qualitativos. A artificialidade do ambiente do

pesquisador em relação ao cenário real que busca conhecer pode influir no resultado da pesquisa, o que difere quando se encaram pessoalmente as condições mais adversas da área de estudos, no real concreto, ou seja, observando os terrenos desnivelados e as dificuldades de acesso e os problemas com o trânsito. Com a visita *in loco*, foi possível traçar um parâmetro mais autêntico e humanista.

Recentemente, São José dos Campos foi oficialmente reconhecida como a primeira Cidade Inteligente do Brasil, uma certificação concedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (São José dos Campos, 2022). Além disso, nos últimos anos, o município tem sido mostrado como um dos líderes nacionais em termos de coleta e de tratamento de esgoto, como revelado pelo Instituto Trata Brasil (2022) e publicado no Ranking Nacional do Saneamento, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), como podemos ver na Tabela 4.

Tabela 4: Situação do atendimento dos serviços de esgotamento em São José Campos

Ano	Índice de coleta de esgoto da população	Índice de tratamento de esgoto da população
2022	100%	94,63%
2021	100%	94,30%
2020	100%	94,15%
2019	100%	92,23%
2018	99,35%	92,20%

Fonte: Dados adaptados do Instituto Trata Brasil (2022).

Apesar dos recentes títulos concedidos a São José dos Campos, persistem questões críticas que merecem nossa atenção. A busca incessante por certificações e classificações pode ocultar as profundas desigualdades socioeconômicas locais. Enquanto alguns bairros desfrutam de serviços de qualidade, há regiões negligenciadas onde a infraestrutura é precária, e os direitos básicos dos cidadãos são constantemente desrespeitados, como ocorre nas favelas e comunidades urbanas analisadas nesta pesquisa. Essa discrepância entre a imagem de excelência estatística e a realidade vivida por muitos habitantes reflete a urgência de uma análise mais crítica das políticas urbanas e da distribuição de recursos na cidade.

Não se trata, contudo, de uma abordagem considerada falseadora da realidade, mas do uso de recursos de linguagem e da metalinguagem técnica e estatística que permitem encobrir a realidade, de forma lógica, mas superficial, o que é próprio das ações

políticas e dos costumes gerenciais da gestão pública. Isso se concretiza, conforme esclarece Vainer (*apud* Maricato; Vainer; Arantes, 2021), quando se coloca a cidade como uma mercadoria a ser comercializada, levando prefeitos e gestores públicos a atuarem como vendedores ambulantes que buscam, de qualquer forma empurrar, suas mercadorias.

> A cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explica o que o chamado marketing urbano se imponha cada vez mais como uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão da cidade. Ao mesmo tempo, aí encontramos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos. A cidade, porém, reconhecerão mesmo seus mais convictos vendedores, é certamente mais complexa de quantas mercadorias jamais existiram. Nestas condições, o que é que, afinal de contas, se vende quando se põe a venda uma cidade? A resposta não é fácil, pois, na verdade, ela depende de quem se tem em vista como comprador. (Vainer *apud* Maricato; Vainer; Arantes, 2021, p. 78-79).

Em resposta à nossa questão de pesquisa, podemos dizer que a segregação socioespacial e a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário impactam significativamente os moradores das favelas Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido em São José dos Campos-SP, uma Cidade Inteligente. Esses impactos são visíveis nas condições de vida degradantes e na marginalização social enfrentada pelos residentes dessas áreas. A ausência de serviços básicos, como redes coletoras de esgoto, contribui para a proliferação de doenças, afetando diretamente a saúde e o bem-estar da população local. A falta de infraestrutura adequada perpetua o ciclo de pobreza, dificultando o acesso a oportunidades econômicas e sociais, e reforçando a exclusão desses moradores das áreas mais desenvolvidas. Além disso, a carência de saneamento básico é um reflexo das desigualdades estruturais e da falta de políticas públicas inclusivas que abordem as necessidades das comunidades vulneráveis.

A situação das favelas Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido ilustra como a segregação socioespacial e a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário estão profundamente interligadas. Mesmo em uma cidade considerada inteligente, a disparidade na distribuição de recursos e de infraestrutura é evidente. Enquanto bairros privilegiados desfrutam de serviços completos e eficientes, as áreas marginalizadas enfrentam a falta de investimentos essenciais para garantir uma qualidade de vida mínima. Essa discrepância compromete não apenas a saúde e a dignidade dos moradores das favelas, mas também impede a plena realização do potencial econômico e social dessas

comunidades. Portanto, a segregação socioespacial e a precariedade do saneamento básico são questões críticas que devem ser abordadas para promover uma urbanização mais equitativa e inclusiva em São José dos Campos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segregação socioespacial persiste como uma marca indelével do desenvolvimento urbano em São José dos Campos. Enquanto alguns bairros desfrutam de todos os benefícios e serviços proporcionados pela cidade, outros são relegados à periferia, sofrendo com a ausência de políticas públicas eficazes e de investimentos adequados. É fundamental reconhecer que a busca por *status* e reconhecimento internacional não pode ser um fim em si mesmo. Uma cidade verdadeiramente inteligente e desenvolvida é aquela que prioriza o bem-estar e os direitos de todos os seus cidadãos, independentemente de sua classe social ou de sua localização geográfica.

É relevante, nesse contexto, reconhecer a interseção entre a segregação socioespacial e a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário, buscando implementar medidas eficazes que garantam o acesso universal à infraestrutura essencial e promovam a inclusão do saneamento básico em todas as regiões da cidade. Ao longo deste estudo, pudemos observar de perto as condições precárias enfrentadas por comunidades como Jardim Nova Esperança, Sapê e Rio Comprido. Nessas áreas, a falta de infraestrutura adequada, dos serviços básicos de saneamento e da regularização fundiária são sintomas evidentes de um problema mais amplo de segregação socioespacial.

Portanto, faz-se necessário uma análise mais crítica das políticas urbanas adotadas pelo município, bem como uma redistribuição mais equitativa de recursos e de investimentos. A inclusão social e o acesso universal a serviços básicos devem ser as pedras angulares de qualquer estratégia de desenvolvimento urbano sustentável e justo.

Por fim, cabe ressaltar que a transformação de São José dos Campos em uma cidade mais justa e igualitária requer não apenas ações pontuais, mas um compromisso coletivo de toda a sociedade, incluindo governantes, empresários, acadêmicos e cidadãos comuns. Somente dessa forma haverá a construção de um futuro mais promissor e humano para todos os que chamam essa Cidade Inteligente de lar.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel José de. **Desenvolvimento regional e o meio técnico-científico-informacional:** uma análise dos contrastes socioeconômicos e espaciais da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Disponível em: https://biblioteca.univap.br/dados/000013/00001389.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

COSTA, Aline Cristina Gomes da *et al.* Experiências práticas na formação de assessoras técnicas em habitação de interesse social no bairro do Sapê (Chácara Sol Nascente) em São José dos Campos - SP. *In:* BARROS, Mariana Cicuto (org.). **Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista:** contextos, ações e desafios para o campo. São Paulo: ATHIS, 2022, p. 84-97. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/153csFAAbKhGuXOPKCwVKdUxor_L7vVG1/view?pli=1 . Acesso em: 20 ago. 2023.

COSTA, Sandra Maria Fonseca; FORLIN, Luiz Gustavo. Urbanização e segregação socioespacial na cidade de São José dos Campos-SP: o caso Pinheirinho. **Geosul,** v. 25, n. 49, p. 123-158, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2010v25n49p123/14062 . Acesso em: 28 jun. 2024.

FORTI, Marina Cyrino. **O marketing urbano como forma de dominação na produção capitalista do espaço em São José dos Campos - SP.** 2021. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021. Disponível em: http:///biblioteca.univap.br//dados//00005c/00005c79.pdf . Acesso em: 16 ago. 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 171.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 63.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-jose-dos-campos.html. Acesso em: 7 jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de- noticias/noticias/39237-censo-2022-rede-de-esgoto-alcanca-62-5-da- populacao-mas-desigualdades-regionais-e-por-cor-e-raca-persistem. Acesso em: 11 mar. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Coordenação de Geografia:** Favelas e Comunidades Urbanas: 2024: notas metodológicas n. 01: sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas; Favelas e Comunidades Urbanas: notas metodológicas; Notas metodológicas n. 01 *Aglomerados Subnormais:* resultados preliminares, base gráfica e tabular. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Instituto Trata Brasil**. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_do_RS_2022.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Nobel, 2016, p. 131-132.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otília. **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 122.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PAPALI, Maria Aparecida. **Histori(cidade)s:** um olhar multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2008.

RESCHILIAN, Paulo Romano; SILVA, Fabiana Félix do Amaral; MACIEL, Lidiane Maria. Dinâmicas socioterritoriais urbanas em assentamentos precários: um estudo de caso - São José dos Campos – SP. XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN EN URBANISMO, SÃO PAULO-LISBOA, 2020.

ROCHA, Hortência Paula Melo da. **Direito à Cidade Sustentável sob a perspectiva do Direito à Dignidade da Pessoa Humana**. 2018. 61 f. Tese (Doutorado em Ciências Jurídico Políticas, Menção em Direito Administrativo – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/85924/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Mestrado%20Hort%c3%aancia%20%282%29.pdf. Acesso em: 27 jun. 2024.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos.** Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/media/45860/15-nucleos-informais.pdf . Acesso em: 1º nov. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Prefeitura Municipal de São José dos Campos.** Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2022/marco/16/sao-jose-e-certificada-a-primeira-cidade-inteligente-do-brasil/. Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVA, Celso Messias do Espírito Santo da. Ocupação Chácara Sol Nascente - Bairro do Sapê São José dos Campos/SP. *In:* BARROS, Mariana Cicuto (Org.). **Formas precárias de habitação em cidades do interior paulista:** contextos, ações e desafios para o campo. São Paulo: ATHIS, 2022, p. 80-83. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/153csFAAbKhGuXOPKCwVKdUxor_L7vVG1/view?pli=1 . Acesso em: 14 jun. 2023.

SILVA, Douglas de Almeida. **Planejamento urbano, campo intelectual e sistema simbólico:** a vida no banhado, cartão postal de São José dos Campos (1937-2016).

2020. 606 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9126320. Acesso em: 26 jun. 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. ***Investigaciones geográficas***, v. 01 n. 54, p. 114-139, 2004.

SOUZA, Jairo Salvador de. **Planejamento insurgente, justiça socioespacial e o direito à cidade:** práticas de resistência no território às políticas públicas de desfavelização em São José dos Campos, São Paulo, no século XXI. 2021. 674 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2021. Disponível em: https://biblioteca.univap.br/dados/000059/0000594e.pdf . Acesso em: 27 jun. 2024.

SURIANO, Andrea Lise Campos. **A política habitacional e a expressão da segregação socioespacial em São José dos Campos - SP.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2013. Disponível em: https://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/wp-content/uploads/2022/07/00000431.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

VIEIRA, José Moacir de Sousa. **Desafios da universalização dos serviços de esgotamento sanitário nos assentamentos precários de São José dos Campos-SP**. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023. Disponível em: https://repositorio.univap.br/items/f032cf6d-4dd4-404f-8414-a8c379a95ce7/full . Acesso em: 28 jun. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In:* ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2021, p. 75-103.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: 2001.

VILLAÇA, Flávio. Segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, p. 37-72, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012, p. 70.